



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Retomar (a terra chamada pelo povo branco de) Minas Gerais: Excentricidades Cosmopolíticas¹

Frederico Canuto

Escola de Arquitetura / Universidade Federal de Minas Gerais

Sessão Temática 08: Movimentos Sociais e a construção do urbano contemporâneo

O presente artigo pretende apresentar as diversas significações que o termo RETOMADA tem a partir da luta e vida indígena no estado de Minas Gerais, Brasil. Com base em quatro narrativas produzidas no âmbito do programa de extensão Morar Indígena, pretende-se abordar as especificidades de cada modo de vida territorializado e mostrar como são exemplares de um necessário giro em direção a outros mundos. E por fim, o artigo se desdobra sobre tais retomadas a partir de seus desdobramentos em tempos de pandemia do Coronavírus, em 2020 e 2021.

Palavras-chave. Morar Indígena; Cartografias, Pensamento Decolonial; Cosmopolítica.

Tradução do título em inglês

This article intends to present the different meanings that the term RECLAIM has from the struggle and indigenous life in the state of Minas Gerais, Brazil. Based on four narratives produced within the scope of the Morar Indígena extension program, it is intended to address the specificities of each territorialized way of life and show how they are examples of a necessary turn towards other worlds. And finally, the article unfolds on such resumptions from their developments in times of the Coronavirus pandemic, in 2020 and 2021.

Keywords: Indigenous Habitat; Cartographies; Decolonial Thinking; Cosmopolitics

Tradução do título em espanhol

Este artículo pretende presentar los diferentes significados que tiene el término RETOMADA desde la lucha y la vida indígena en el estado de Minas Gerais, Brasil. A partir de cuatro narrativas producidas en el marco del programa de extensión Morar Indígena, se pretende abordar las especificidades de cada modo de vida territorializado y mostrar cómo son ejemplos de un necesario giro hacia otros mundos. Y finalmente, el artículo se desarrolla sobre tales reanudaciones a partir de sus desarrollos en tiempos de la pandemia del Coronavirus, en 2020 y 2021.

Palabras clave: Habitat indígena; Cartografias, Pensamiento Decolonial; Cosmopolítica.

Dona Lourdes Seixas Evarista em entrevista conjunta com Dona Rosa Seixas Ferro Bezerra e Dona Isabel Cavalcante Bezerra na Terra indígena Xakriabá no lugar conhecido como cidade de São João das Missõesⁱⁱ responde sobre a luta dos indígenas pelas terras constantemente ocupadas pelos fazendeiros, homens brancos. Seus parentes constantemente retomam-na não porque tal terra lhes pertence, mas pela terra fazer parte de um ciclo de vida, sendo habitada pela ocupação, ou mesmo desocupação, humana em momentos específicos por gerações de familiares. Já para Avelin Kambiwá, representante do Comitê Mineiro das Causas Indígenas, moradora de outra cidade nomeada pelo povo branco de Belo Horizonte, fala do retomar como tomar de volta o que foi usurpado há mais de 500 anos quando da invasão dessas terras pelos conquistadores portugueses. Entre Dona Lourdes e Avelin Kambiwá, são vários os sentidos do significante retomada. Assim, esse é o propósito deste texto: pensar os sentidos de retomada em cada um dos desdobramentos do viver e ser indígena no estado de Minas Gerais dentro da pesquisa Morar Indígena: conflitos e aproximações entre a concepção idealizada e a vivência cotidiana na produção do espaço indígena em Minas Gerais iniciada em 2017 e financiada pelo CNPQ por meio do Edital Demanda Universal 01/2016.

Os indígenas moradores desse território nomeado de estado de Minas Gerais pelo povo branco vivem em reservas demarcadas específicas ou segregados nas cidades, habitando desde as paisagens áridas do cerrado e caatinga do norte até as regiões metropolitanas, cidades e suas periferias. Ainda que o imaginário da presença indígena no território invadido conhecido hoje como Brasil seja amazônico, sendo estes, habitantes de grandes florestas e vivendo em tribos isoladas e separadas das cidades do homem branco que aprendeu a temer e desconfiar, ao chegar em outros lugares, esta situação, portanto, ganha contornos singulares. Assim, ele não é apenas aquele distante, em tribo isolada. Ele é também vizinho, mora ao lado, na cidade. Retomam de metros a quilômetros quadrados de terra dependendo do contexto. Constroem alianças com o povo branco e com o mundo ao redor de acordo com as necessidades e possibilidades. Em cada um dos territórios ocupados por indígenas há diversas etnias, várias histórias de violência mas também de luta e de relação com a terra. Mais ainda, tomando a definição de indígena como aquele que vive como tal segundo definição auspiciosa de VIVEIROS DE CASTRO (2006), cada grupo determina em sua relação com a terra, seus modos de vida e cotidiano o que é ser índio, mais de 500 anos após a invasão portuguesa. Em cada uma das retomadas, novos povos são criados, pois o nome e constituição de um povo na perspectiva indígena está diretamente atrelado ao seu território geográfico e não apenas às relações de parentesco ou institucionalidades como cidade, estado e nação ou país.

Sabendo da impossibilidade de se descrever densamente (GEERTZ, 1978) sobre cada retomada no espaço desse artigo, propomos neste artigo/ensaio apresentar tais retomadas a partir de narrativas das atividades desempenhadas pelo Programa de Extensão Morar Indígena da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais no contexto da pesquisa quando nos territórios a serem discutidos aqui. Cada narrativa abre assim um universo de discussão sobre a questão da retomada.

Assim, apresentaremos quatro retomadas no território chamado de Minas Gerais pelo povo branco a fim de deslizar pelas vidas espaciais construídas territorialmente e suas idiosincrasias com o intuito, por sua vez, de expor os

diversos significados do termo retomadaⁱⁱⁱ. Interessa mostrar neste ensaio quatro tipologias de retomada: o primeiro tipo é característico dos indígenas urbanos não - citadinos, vivendo em reservas demarcadas mas tendo relação com a cidade próxima; o segundo, um espaço produzido pelos indígenas sendo estes moradores de cidades e/ou núcleos urbanos, o que significa lutar constantemente pelo direito de existir contra o racismo institucional e estrutural; o terceiro, territorialidades resultados da luta por terra, convertendo terras em território indígena a partir de retomadas; e finalmente, o quarto, tendo como epicentro a universidade pública como lugar de experimentação prática de modos de construir e interfacear as culturas indígena e não indígena. Após expor tais movimentações territoriais, pretendemos discutir a retomada como Giro Ex-cêntrico Cosmopolítico como uma possível conclusão e como tais retomadas se desdobram hoje, em tempos de pandemia (2020-2021).

01. A Reserva como Retomada: Xakriabá e Maxakali

Ainda que os Xacriabás e Maxakali sejam muito diferentes uns dos outros no que diz respeito à relação com o território pois suas aldeias se encontram em lugares distantes e bem diferentes, ambos têm um mesmo problema que caracteriza suas retomadas: a própria terra.

Apresentaremos aqui a aldeia Xakriabá e a questão alimentar, depois a Maxakali e suas águas e discutiremos o problema que é comum a ambas.

*

*

*

As incursões de membros da pesquisa ao território Xakriabá ocorrem desde 2014 mas três momentos se destacam e servem de ponto de partida para um olhar mais atento a retomada: em 2014, para conhecer as microlocalidades dentro da reserva e o projeto de habitação sustentável que ali seria implantado por parte da Companhia Urbanizadora de Minas Gerais (COHAB) do governo do estado de Minas Gerais; em 2016, como parte de uma disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dentro da reserva; em 2019 como parte de construção de uma parceria entre FIEI (Formação Intercultural de Educadores Indígenas) e programa de extensão Morar Indígena, ambos da UFMG, junto a lideranças da reserva tendo em vista a ideação e construção de uma Casa de Parto dentro do território indígena. Nestes três momentos, a aridez da paisagem sempre chamou a atenção e colocava como viver daquela terra não se mostrava tarefa fácil. Mais ainda, a escola, parceira de nossa presença no território, tornou-se epicentro de uma disputa pelos sentidos da retomada no que diz respeito ao viver daquele território.

A etnia Xakriabá é a mais populosa de Minas Gerais com mais de 9000 indígenas (Fundação Nacional de Saúde, 2010). Resistentes ao processo de colonização, conquistaram a homologação de parte do território em 1987, tendo sua reserva localizada no extremo norte de Minas Gerais, município de São João das Missões reconhecida (figura 01). Sua paisagem se caracteriza como um bioma de transição entre cerrado, mata seca e caatinga, próprio da região do Vale do

Jequitinhonha. O território localiza-se no polígono da seca (atualizado pela SUDENE em 2017), que vem sofrendo com a forte escassez de chuvas e perdas sucessivas de toda a produção agrícola e parte da pecuária desde 2012. Em nossas caminhadas e conversas pelo território, vimos uma terra seca e castigada pelo sol, com vacas se espremendo debaixo das escassas e desfolhadas árvores.

Mas a disputa pelo território contra a colonização não é recente, assim como toda história indígena brasileira. Desde o final do século XVII, os Xakriabá se veem diante de um longuíssimo processo de expropriação de suas terras e resistência pela manutenção de parte de seu território. Segundo Clementino e Monte-Mór (2011), os primeiros conflitos se deram com os homens de Matias Cardoso já em 1690. Como resultado desse conflito, os membros da etnia foram escravizados e utilizados como mão-de-obra e como soldados em conflitos com outras etnias da região.



Figura 01: Mapa do Território Xacriabá. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

Assim, pensar a história do povo indígena Xakriabá é também compreender uma cultura indígena que, desde o Séc. XVII, vem passando por incontáveis processos opressores, de mistura e segregação. Conforme fomos nos acimatando e construindo relações junto a famílias durante os anos de 2014, 2016 e 2019, percebemos como a ideia de um indígena Xacriabá é necessariamente uma mistura sincrética e resultado de uma violência, produtora de esquecimentos culturais, com uma grande participação das Missões Jesuíticas. Ao mesmo tempo, a resistência a tais processos de assimilação subjetiva em sua contraparte espacial significa que a luta ou retomadas pela terra (sua qualidade, acesso a água, biodiversidade entre outras características ecossistêmicas) são também lutas por uma vida outra que não a do povo branco e sim, Xakriabá.

Só a partir do século XX que os Xakriabá demarcam e homologam suas terras junto ao órgão responsável, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e assim começa uma nova história da possibilidade de resgatar/retomar a relação com a terra e sua cultura. A homologação ocorre concomitante à chegada da Fundação Rural Mineira Colonização e de Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS). Não que a empresa de cunho Estatal tenha se posicionado a favor dos Xakriabá, antes pelo contrário. Durante todo o processo questionou-se a identidade étnica e cultural destes povos para tomar-lhes as terras, para a produção pecuarista e agrícola, o que levou os indígenas da região a se mobilizarem e articularem apoio para a proteção do território e de sua identidade étnica (com a tutela do Governo Federal via FUNAI).

Mesmo assim, em pleno século XXI, seu território e paisagens são ainda objetos de retomadas constantes. Tal embate não se dá na área demarcada mas nas franjas, no encontro da reserva indígena e as fazendas vizinhas, em áreas que a exatidão dos instrumentos de desenho não encontra reflexo exato no mundo real. Foram no contexto destas constantes lutas e retomadas Xakriabá desde século XVII que se foi construindo uma relação cosmológica junto à terra. Apesar das dificuldades impostas pela perda do território e pela redução dos recursos naturais disponíveis associado a uma violência epistêmica colonial e morte de muitos pelos fazendeiros, os Xakriabá ainda conseguem colher da agricultura de subsistência e da criação de gado uma quantidade mínima de alimentos necessária para a manutenção de suas famílias e de seus rituais.

No entanto, um outro conflito, mais silencioso e potente, é chocado e toma conta de suas vidas. Ao longo dos anos, entre idas e vindas, percebemos que na soma da falta de recursos naturais do próprio território com a proximidade da cidade de São João das Missões instala-se uma tensão permanente entre o viver indígena na reserva a partir de seus recursos, a luta pelo reconhecimento e apoio institucional por parte do Estado para que vivam como Xakriabá, e os recursos e vida outra proporcionada pela cidade. Assim, compreender a reserva como uma retomada implica compreender tal território como uma resistência ao povo que sonha com a mercadoria, como diria Kopenawa (2015), ainda que sonhem com a mercadoria também parte dos próprios Xakriabá, desejosos de uma cultura urbana.

Assim, questões envolvendo segurança alimentar são um exemplo das inúmeras encruzilhadas do povo Xakriabá que tem a escola como lugar de conflito, indo desde o conteúdo dado pelos professores, até estrutura de ensino e relação com diretrizes federais. Neste artigo, nos interessa sublinhar os problemas estruturais da escola no que dizem respeito à produção de alimentos para os alunos e alunas das aldeias. A falta de terra agricultável e insumos para produção em maior escala impõe ao povo a difícil escolha entre a tarefa de plantar uma terra que é de difícil cuidado; receber enlatados dados pelos órgãos institucionais; ou ir à cidade e comprar seus alimentos em supermercados. Retomar a terra é uma decisão cotidiana política, pois desdobra-se em se afirmar diariamente como indígena daquele lugar, vivendo dele.

Já a narrativa sobre o território Maxakali se dá a partir de outra questão: a água

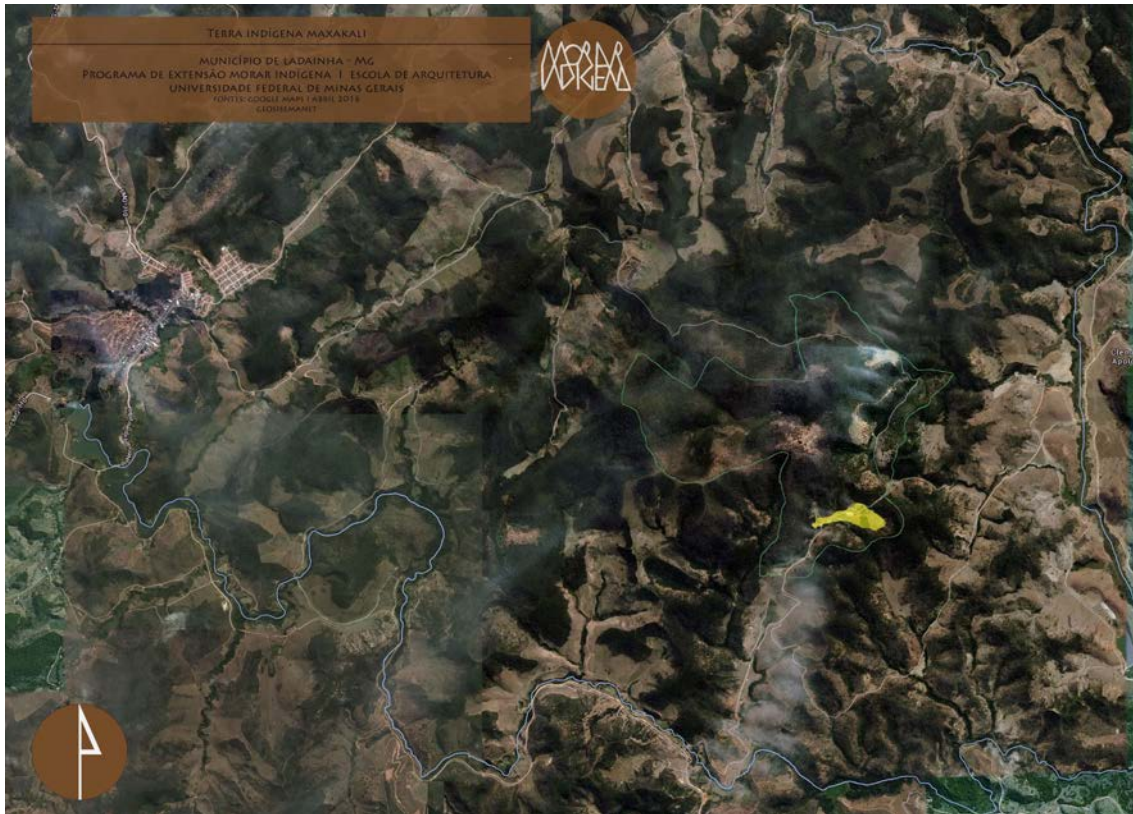


Figura 02: Foto aérea do município de Ladainha, com marcação em amarelo do território Maxakali. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

Conforme colocado no site do programa de extensão Morar Indígena, o povo Maxakali, habitante da região norte do estado de Minas Gerais, ocupa dois territórios ao longo do Vale do Rio Mucuri e se organiza em várias aldeias: Aldeia Verde, Água Boa, Pradinho e Cachoeirinha, sendo que nosso contato se deu apenas com a primeira, localizada no município de Ladainha (figura 02).

Sobre Aldeia Verde, além das dificuldades nos processos de ocupação (2004) e delimitação dessas terras (2007) (QUEIROZ, DINIZ, 2018), os Maxakali enfrentam problemas relacionados à condição ambiental, de ocupação, gestão e apropriação do território. Nesse contexto, destacam-se a questão da água relacionada ao desmatamento das fazendas próximas e a peculiar singularidade das construções tradicionais se postos em comparação às de alvenaria presentes no território, que podem resvalar em graves problemas de saúde (figuras 07 e 08). Por outro lado, as ações públicas, seja na área da saúde ou da assistência técnica e social, geram conflitos por muitas vezes contradizerem a cultura, cosmologias e modos de vida dos Maxakali.

O Programa Morar Indígena, aliando-se a outras ações da UFMG junto aos Maxakali, tem trabalhado na construção de uma frente de ação junto a esta etnia desde março de 2016, quando participou, representando a Universidade, da reunião do grupo de trabalho sobre Saúde Maxakali, promovido pelo Ministério Público Federal em Teófilo Otoni. Ali, reuniram-se indígenas, várias instituições e órgãos responsáveis pelas ações de políticas públicas indígenas e de saúde, com o intuito de debater soluções para os conflitos. Um dos conflitos apontados pela própria UFMG diz respeito a questão da água nas aldeias: sua presença,

gestão e sua relação com as condições ambientais e de habitabilidade dos territórios, dadas pelas formas de ocupação da população e pelas infraestruturas instaladas pelas políticas públicas e sua relação com a Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI). Com o objetivo de reconhecer, observar e possivelmente num futuro intermediar esses conflitos, foi realizado pelo Programa Morar Indígena uma visita à Aldeia Verde, na terra indígena Hãm Hyxux.

Com base no Dossiê das Águas na Aldeia Verde Maxakali (2018) produzido e entregue à UFMG com o intuito de dar ciência a autoridades competentes e aos diversos atores os múltiplos contextos sócio-espaciais que ordenam o território Maxakali e suas águas tendo em vista o problemas da população indígena ali residente no que diz respeito a esgoto e água tratada, o que podemos ver no território ao percorrer o mesmo foi a existência de pastagens e matas de eucalipto nos entornos imediatos, o que tem grandes consequências para a drenagem local visto que o solo coberto significa uma drenagem pluvial caudalosa no local. Junto a isso, temos uma captação de água para consumo deficitária seja pela não qualidade da mesma assim como pelo fato de tal captação se dar por um barramento de um curso d'água mostrado na figura 03 que é intermitente ao longo do ano. Ou seja, há então problemas de captação de água que poderiam vir a ser resolvidos pela construção de um ou mais poços artesianos.



Figura 03: Foto aérea do território Maxakali, sublinhando o caminho das águas. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

Há também problemas entre os indígenas e as instalações sanitárias no que diz respeito aos seus modos de usar. O banheiro não é algo comum à cultura maxakali, o que significa que eles não são usados e tal não utilização perpetua problemas na aldeia relativos ao esgotamento sanitário e gestão de resíduos. Tais equipamentos acabam por serem usados como lugares para outros usos como lixeira, galinheiro, etc. As instalações sanitárias na aldeia colocadas são genéricas e usadas em qualquer contexto, o que significa que não foi levado em

conta a especificidade da questão maxakali no trato da questão do esgotamento sanitário.

*

*

*

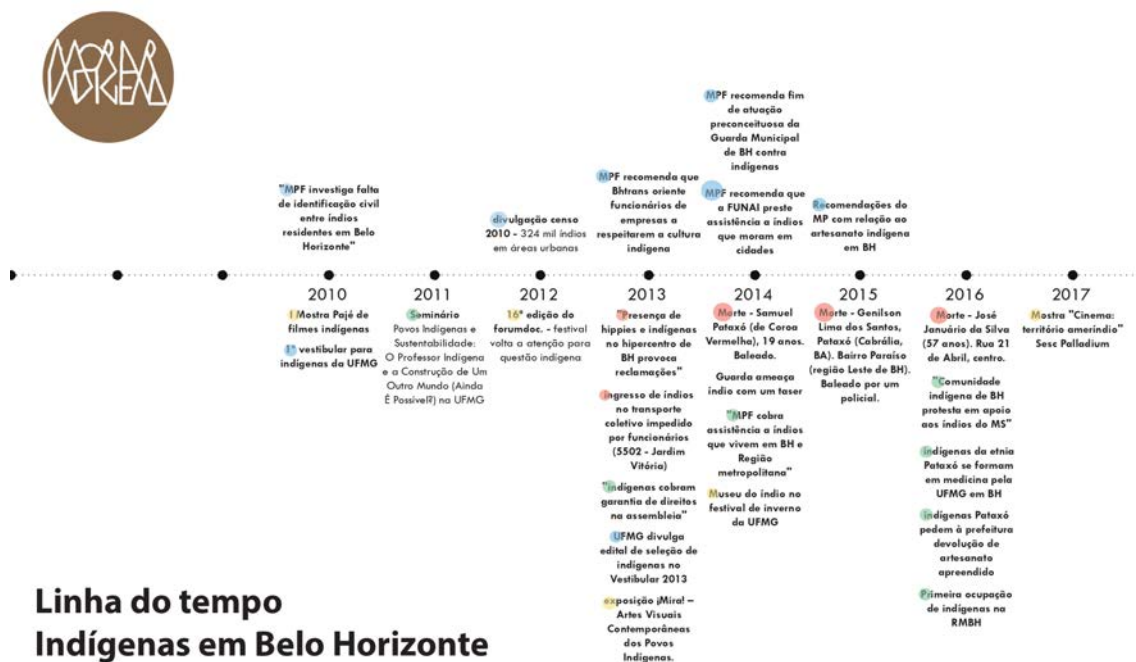
Em ambos os casos, ao contrário do que ocorre com as cidades do povo branco que vivem do que é produzido no ambiente rural, a terra é base material mas também suprimem para a existência de qualquer conjunto social indígena seja maxakali ou xakriabá. Se as cidades e aglomerações urbanas hoje produzem uma pegada ecológica gigantesca donde o processo de extração, manufatura, distribuição e consumo alcançam distâncias globais, impactando não apenas no lugar onde se localiza a cidade mas em todo globo terrestre que movimenta os produtos numa escala planetária, tal participação na rede de descartes mundial não é possível por parte destes...e nem seu desejo.

Sem uma terra que dê condições de produzir alimentos para sua própria sobrevivência ou que tenha condições de receber e absorver o impacto de sua presença no que diz respeito as águas, o território dessas etnias desertifica-se de possibilidades. Os maxakali não conseguem administrar sua relação com as águas não por uma falta de conhecimento visto que conhecem a terra pois sendo nômades, usam um lugar, deslocam-se e quando voltam, o lugar já está preparado para recebê-los novamente. Sem território suficiente (e não qualquer pedaço de terra de dimensão limitada e insuficiente como receberam), acesso a água e a administração de seu impacto torna-se impossível para viverem como indígenas maxakali que são. O mesmo ocorre com os Xakriabás. Sem uma terra para retirarem seu alimento, sua ideia e realidade terráqueas secam devido a transformações territoriais antropocêntricas que vão desde as constantes intervenções no rio São Francisco até mudanças climáticas. Alimentar-se do solo que se vê sob os pés é um direito que lhes é constantemente negado.

Retomar a terra para estes não significa lutar por um pedaço de terra que possam chamar de seu, mas tomar parte de um ecossistema maior em que sua presença não é invisível mas também não sinônimo do progresso modernizador, como o é para o povo branco. Construir um aterramento pela retomada é construir uma relação com o território diverso daquele da Modernidade higienizadora, onde o solo que produz alimento é lugar de trânsito e lugar de rezas e cantos, assim como espaço para nadar e beber.

02. Retomadas na Cidade (do branco)

Em Belo Horizonte, capital mineira, dois fatos deixam claro a situação dos indígenas moradores de ambientes urbanizados: a informação de que segundo o CENSO de 2010, há mais de 5 mil indígenas na RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte)^{iv} e o fato de que há poucos trechos da legislação municipal que se associam às preservações dos direitos e da cultura indígenas na cidade. Isso é reflexo e sintoma da violência física e simbólica geradas por conta do preconceito que já foi responsável por mortes, como visto pela linha do tempo abaixo que relaciona a presença de notícias de indígenas em Belo Horizonte e tais imposições (figura 04).



Linha do tempo Indígenas em Belo Horizonte

Figura 04: Linha do tempo de notícias relacionadas a presença indígena em Belo Horizonte. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

No próprio cotidiano, observa-se uma política pelo impedimento do exercício pleno de sua existência porque não há política que reconheça sua situação como minoria. Como mencionado oralmente pela liderança Avelin Kambiwá, um exemplo disso são os casos em que se observam os impedimentos de seu ingresso no transporte público e nos serviços privados de mobilidade (táxis ou aplicativos de transporte). Tanto é que em 2013 o Ministério Público Federal chegou a recomendar que a empresa BHTRANS, empresa responsável pelo transporte público em Belo Horizonte, adotasse medidas para assegurar os direitos dos indígenas dentro dos ônibus (G1 MG, 2013). Outros, expostos pela liderança também, confirmam as dificuldades de atendimento e de compreensão do indígena em postos de saúde, como também a recusa da pajelança nos hospitais - mesmo que autoridades de outras crenças possam adentrar os pontos de internação quase que livremente.

Com a falta de visibilidade e forçado apagamento, onde eles estão nas cidades? Com o intuito de comprovar a existência de forma documental de sua presença e permanência continuada no território na cidade de Belo Horizonte, o Programa de Extensão Morar Indígena no ano de 2017 produziu um mapa junto aos artesãos indígenas que expõem seus produtos na Feiras de Artesanato aos domingos, na avenida Afonso Pena, pontuando na cidade os espaços que ocupam, moram, trabalham, divertem-se, entre outras atividades na Região Metropolitana (figura 05).

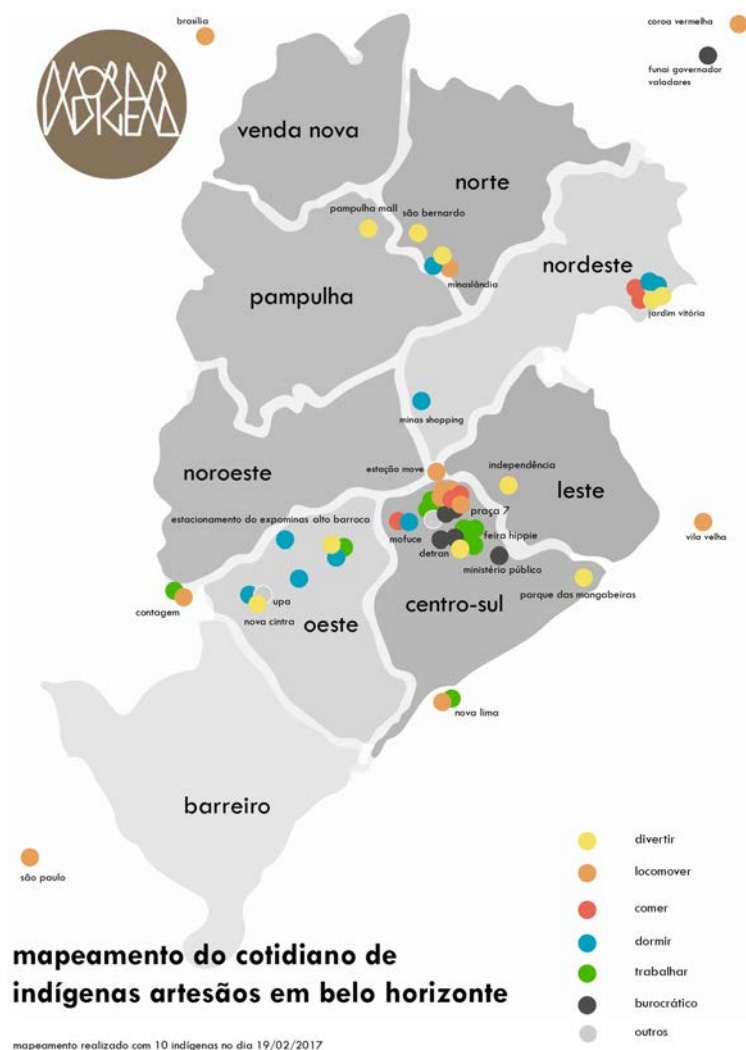


Figura 05: Mapeamento do cotidiano de indígenas artesãos em Belo Horizonte. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

É notório que qualquer mapeamento não traduz a realidade por completo pois é sempre uma redução da realidade. E isso fica mais patente na medida em que tal exercício foi realizado há quatro anos, em 2017, e considera uma pequena amostra - apenas dez indígenas artesãos participaram. Mesmo assim, já é possível conferir a presença latente em diversos pontos de Belo Horizonte. Ou seja, a conversa com apenas dez desses indivíduos já evidencia a sua presença espalhada na cidade e a partir de seus relatos de encontros com outros na mesma situação, fica mais claro qual fragmentados estão.

Assim, com o intuito de atenuar tal problema – que não é existente apenas para os indígenas, mas também para outros grupos tradicionais –, por meio da Gabinetona^v elaborou-se o Projeto de Lei Municipal nº 465/17 que atualmente se encontra em tramitação suspensa na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte. Basicamente, a PL 465/17 coloca na pauta legislativa a discussão quanto ao uso em locais públicos de indumentárias e objetos tradicionais, criminalizando os atos preconceituosos que impedem a entrada de pessoas tradicionalmente trajadas em espaços públicos. Assim, percebe-se que, a fim de garantir direitos básicos, a estratégia muitas vezes é adentrar o cenário político, com o intuito de ter um lugar de fala que permita pleitear legislações que garantam a presença cotidiana e suas manifestações tradicionais na cidade.

Ainda, com esse mapeamento, em termos espaciais, nota-se que os indígenas são obrigados a morar em regiões periféricas, ou seja, distantes do centro e, conseqüentemente, de algumas possibilidades de trabalho, como se pode confirmar pela cartografia expressa na figura 12 e pelas falas recorrentes, como de uma liderança belo horizontina: “as pessoas que vêm da aldeia vão morar onde? Não é na Zona Sul. Não é na Savassi, no Sion. Quem vem da aldeia vai morar na favela” (KAMBIWÁ, 2016). Esse fato ocorre por conta do valor do solo associado ao preconceito das populações que habitam zonas nobres da cidade, reproduzindo, assim, a segregação socioespacial e, por conseguinte, um modelo de cidade.

Mesmo residindo nessas regiões não centrais, os indígenas expõem a necessidade de enfrentar altos valores^{vi} de aluguel por pequenas áreas residenciais - como edículas e em vilas existentes em pequenos lotes urbanos compartilhados por várias famílias. Portanto, para arcar com essas despesas (custo do aluguel, da alimentação e do transporte até os locais de trabalho) e, conseqüentemente, manter-se na cidade, os indígenas urbanos necessitam ter uma renda razoável e um fluxo constante de trabalho, que é totalmente contrário a maneira como vivem e produzem sua economia, visto que uma grande parcela dessas pessoas vive da venda do artesanato que é uma forma flutuante de renda. Uma família de vendedores de artesanato residente na retomada Naô Xohã, antes moradora de aluguel na Regional de Venda Nova, expõe em um entrevista que ficou “devendo lá R\$2500,00 pro dono do imóvel” (ABELHA, 2019), sem ainda possuir uma situação financeira que a permita quitar a dívida.

Assim, há dois movimentos pendulares: um de cunho mais permanente, desempenhado por uma população já de fato residente em Belo Horizonte e se move dentro dela; e outro sazonal - de indígenas migrantes de aldeias distantes - que ocorre devido a pouca comercialização de artesanato atrelada à baixa temporada e a conseqüente diminuição da quantidade de turistas nas proximidades das aldeias do litoral - tornando, assim, o comércio insustentável por representar uma baixa expressiva da entrada de capital nas comunidades. No fim, ambos movimentos possuem o mesmo cunho: promoção da sobrevivência financeira, central para estas populações.

Assim, mais uma frente de luta dos indígenas moradores de Belo Horizonte diz respeito justamente ao acolhimento destes em trânsito: de sua educação, de seus modos de viver, de seu artesanato, de sua especificidade.

Durante o contato e parceira do programa de extensão Morar Indígena junto a representantes do CMACI, foram propostas disciplinas dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG como formas de decupagem do que significa tal proposta: o que seria o centro? o que seria uma referência? para quais indígenas!?. Nas disciplinas UNI009 - Morar Indígena: Plataformas e Dispositivos para Indianização da Cidade, PFLEX - Arquitetura Desobediente e PFLEX - Arquitetura Pataxó há-hã-hãe dadas nos anos de 2017 a 2019 foi-se construindo um programa de necessidades básicas para estes indígenas em trânsito - tanto dentro da RMBH como vindo de outros estados, e em 2019 foi feito o "Caderno Centro de Referência Indígena - Belo Horizonte" (figura 06) que serviu e serve de documento propositivo a ser apresentado em reuniões junto a prefeitura por representantes indígenas.



Figura 06: Imagens Caderno Centro de Referência Indígena. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

O objetivo de tal Centro seria dar início a um processo de produção de multiplicadores locais da presença indígena em Belo Horizonte, oferecendo acolhimento àqueles indígenas em trânsito em Belo Horizonte e região metropolitana, assim como vindo de outras localidades, seja para vender artesanato ou visitar parentes respectivamente; assim como seria lugar de armazenamento e exposição do artesanato indígena. Além disso, seria uma referência para a cidade de uma presença que se mostra invisibilizada desde sempre.

*

*

*

A presença indígena na cidade de Belo Horizonte não se refere a existência real de um ou outro grupo étnico, mas aponta a construção de uma aldeia virtual multiétnica com espaço para todos. Mais do que localizar a sua presença no território - esforço que os próprios indígenas não querem que seja feito para que não sejam localizados e vigiados pelas instituições -, essa retomada que aponta para um aldeamento global de Belo Horizonte é performatizado pelo projeto Centro de Referência Indígena. Retomar um imaginário em que é possível a coexistência dos mais diversos num mesmo lugar que é a cidade, do branco ao Pataxó, abre horizontes de uma política conflitiva (pois são vários os povos que ali habitarão) assentada numa hospitalidade radical ao outro. Não se trata de demarcar uma nova reserva ou demandar o território dos ancestrais, mas sabendo da impossibilidade de tal desejo, conviver em um novo aterramento. Retomada aqui ganha contornos não apenas físicos e materiais, relacionados ao solo e da vida a partir dele, como também associado a imagens da presença muitas vezes consideradas inexistentes. Aparecer ainda que micropoliticamente em feiras de artesanato como ocorre todo domingo na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, é retomar um lugar e produzir uma presença ainda que espectral

e fantasmática de um genocídio que o povo colonizador localizado dentro do Estado e que age por políticas públicas federais, municipais e estaduais não resolverá apenas com políticas de reparação, mas com a presença territorial. Aparecer como e através de um centro de referência é a terraformação de uma atmosfera de convivência.

03. A Retomada na Lama^{vii}

A aldeia Naõ Xohã é o mais recente território convocado como pertencente aos povos originários em Minas Gerais, localizando-se na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Acompanhando desde 2017 sua ocupação e fundação, o programa de extensão Morar Indígena viu ali nascer e se constituir uma comunidade a princípio multiétnica. Com idas regulares a campo, viram não apenas uma retomada territorial mas também uma disputa pelo que significa ser indígena hoje.

Seus habitantes são pertencentes à etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, em sua maioria por indígenas nascidos dentro de terras demarcadas sendo a principal a Aldeia Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália, na Bahia. No nordeste, o crescimento da população (não acompanhado pelo crescimento ou melhoria da qualidade do uso de seus territórios demarcados), a dependência de fontes de renda em atividades ligadas a um turismo (sendo a principal a venda de artesanato), e a precarização dos serviços fornecidos por instâncias governamentais dentro das Terras Indígenas pelo governo são alguns dos motivos que explicam as razões pelas quais grupos como esse tenham passado a se deslocar para os centros urbanos (especialmente na região sudeste) em busca de fonte de renda e acesso à serviços ligados à saúde e educação.

No caso de Belo Horizonte e sua região metropolitana, desde o início da década de 2010 os Pataxó Hã-Hã-Hãe vem aumentando o tempo de sua permanência na cidade, ainda que transitem entre ela e suas aldeias de origem, na Bahia. Com o passar dos anos, tem tido dificuldade para arcar com os aluguéis e custos de vida na capital, em gerar renda com a venda de artesanato em ruas e feiras da cidade, além de sofrerem situações de preconceito, discriminação e mesmo violência. Assim, dado este contexto, parte desse grupo iniciou a procura de um local para fundar uma nova aldeia, para fugir assim dos altos custos de moradia e deslocamento na cidade.

Por volta de 2017 tomaram conhecimento de um território de mata preservada na beira do rio Paraopeba no município de São Joaquim de Bicas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a cerca de 50 km do centro da capital^{viii}, contíguo a uma ocupação recente do grupo MST^{ix} denominado Pátria Livre. Tendo em vista tais dificuldades de permanência na cidade relacionado a custos e violência, em outubro de 2017 algumas famílias iniciaram um acampamento que marca o início da retomada da terra e criação da aldeia Naõ Xohã marcando sua posição, conforme figura 07. Uma vez fundada a aldeia, o acampamento Pátria Livre apoiou os indígenas com infraestrutura material e deslocamentos para a cidade, inclusive acordando junto a estes os limites de cada uma das ocupações.

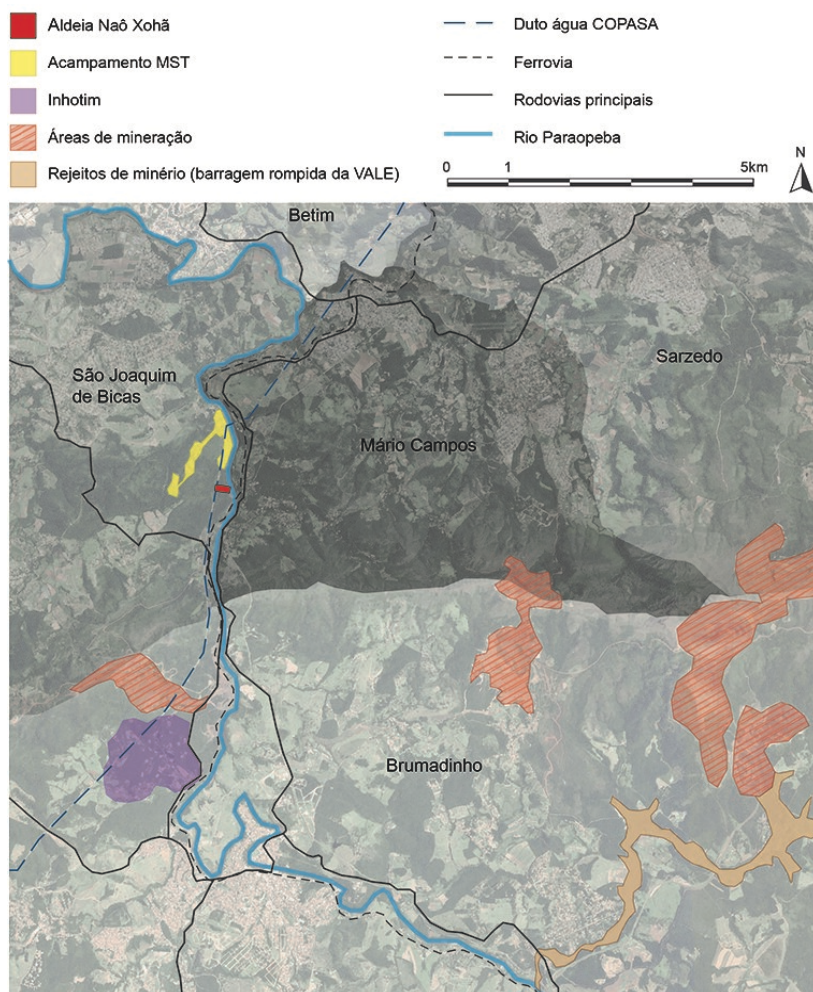


Figura 07: Mapa de localização da Aldeia Naõ Xohã. Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena.

Para o início da retomada uniram-se aos Pataxós Hã-Hã-Hãe outros indígenas moradores da RMBH, pertencentes a etnias diversas e que compunham um grupo incipiente que buscava apoiar as causas indígenas na cidade. Além destes, também algumas famílias que possuem parentesco com os Pataxós Hã-Hã-Hãe e que se denominam da etnia Pataxó, originários da aldeia Barra Velha, também localizada na região Sul da Bahia.

Para os indígenas das demais etnias, que apoiaram e contribuíram para o crescimento inicial da retomada, esta foi uma oportunidade de tornar visíveis as questões indígenas no contexto dos centros urbanos e criar possibilidades de uma existência, segundo eles, "mais digna" dentro da RMBH. Estes enxergam a nova aldeia como uma construção étnica que visa reocupar o que lhes foi usurpado em 1500, na invasão do continente pelos europeus. Retomar suas Terras significa então tanto um movimento fundacional - aldeia Naõ Xohã - como anti-fundacional - contra a ideia de nação "Brasil" que significou a expropriação da terra de si, já que a terra não pertence a ninguém, nem mesmo aos indígenas, pois ali apenas moram.

Ao longo do ano de 2018, os indígenas ampliaram e consolidaram sua presença no território. Com pouquíssimos recursos, sem ajuda governamental e contando

com doações e apoios de algumas ONGs e entidades filantrópicas, construíram suas primeiras habitações e uma infraestrutura precária, para que pudessem permanecer mais e constantemente no local. Em conversas e a partir de observações, muitos construíram suas habitações usando materiais como lonas para telhados, tapumes e barras de madeira para estrutura e fechamento. Habitações de formato hexagonal, tentam se aproximar das imagens de ocas circulares normalmente associadas ao morar indígena. Além disso, construíram uma estrutura de distribuição de águas para consumo e higiene construída a partir de uma caixa d'água da COPASA longe dali. Mas o que mais chamou atenção, e em conversas fica claro, é um paradoxo entre discurso e prática. Falam da necessidade de recuperar a relação com a terra, mas pouco sabem em como aproveitá-la ou construir uma relação de continuidade ecossistêmica a partir da criação de ritos. Disputas de poder e muitos não sendo aldeados construiu uma realidade social em que a ideia de ser índio ainda é ideia em formação.

Ainda que a FUNAI tenha reconhecido ainda não oficialmente e nesses primeiros momentos a presença indígena no local, mesmo afirmando a impossibilidade de agir em prol da demarcação do território ou mesmo na contribuição para fornecimento serviços que possam melhorar as condições de vida no local, a ideia do que é ser indígena em contexto como esse é uma retomada a ser inventada. As difíceis condições de vida fazem com que haja grande variação no número de moradores, sendo constante o movimento entre desistências e chegada de novas famílias para residir na área, assim como alguns moradores seguem mantendo deslocamentos constantes para as cidades vizinhas, principalmente Belo Horizonte. Para se ter uma noção, ao final deste ano a aldeia contava com 14 habitações, apesar de termos tido contato com muito mais do que apenas 14 famílias.

Entretanto, um fato mudou tudo. No início de 2019 a aldeia Naô Xohã foi surpreendida pelo rompimento da barragem da mineradora Vale próximo a Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, o que transformou consideravelmente a relação da aldeia com agentes externos e também a relação dos grupos internos envolvidos. Desde então, a aldeia saiu da invisibilidade, passou a sofrer assédios midiáticos e recebe visitas e doações constantes por parte de entidades filantrópicas e da própria mineradora. O acontecimento contribuiu num primeiro momento para acentuar conflitos internos e resultou em maior desunião do grupo, com apoiadores e famílias indígenas de outras etnias decidindo abandonar a aldeia, prevalecendo como maioria os indígenas da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe. Num segundo momento, novas lideranças surgiram e a organização interna tornou-se menos concentrada nas mãos de uns poucos. Desde então se desenrolava uma complexa negociação envolvendo o Ministério Público Federal (MPF), a mineradora Vale e os indígenas (acompanhada por membros da FUNAI). O MPF pressiona a mineradora para realizar intervenções de melhoria na área, garantir indenizações e recompensas para os indígenas e estes solicitam a demarcação e efetivação de sua permanência no território.

E em 2020, um novo fato mudou tudo novamente. Com a pandemia do CoronaVírus, retornaram a invisibilidade e tornaram-se cada vez mais isolados devido a uma falta de transporte que os levem a cidade. Vivendo ali mas sem a atenção de outrora, voltaram a depender tanto da indenização da Vale como de si mesmos, podendo isso significar tanto a intensidade da precariedade da

situação como uma maior união entre os moradores. Com a incerteza no que diz respeito ao futuro, a permanência dos indígenas no local assim como a possibilidade de inventar essa retomada chamada de aldeia Naô Xohã estão numa disputa que somente os próximos anos dirão.

*

*

*

Opressão e assimilação de indígenas desde a invasão às suas terras em 1500 produzem esquecimentos do que se é e perduram por anos a fio, atravessando gerações. A aldeia Naô Xohã é epicentro desse esquecimento na medida em que sua fundação é também retomada ainda desarticulada subjetiva e cosmologicamente do que é ser indígena. Sendo indígenas estranhos em sua terra ou em diáspora, vivendo nas cidades o modo de viver do invasor, eles nada mais são que aqueles que não aderem às imagens daqueles isolados no meio da Amazônia trajados com cocares feitos com materiais de animais de seu território, rituais há gerações sendo passados de pais para filhos não por opção mas por uma violência que lhes extirpou o direito a existir vivendo como tais.

A retomada Naô Xohã se torna ainda mais reflexiva de tal violência na medida em que agora se encontra submersa na lama do crime minerário perpetrado pela Vale em Brumadinho. Se antes do crime a precariedade da ocupação desse pedaço de terra tornava difícil sua ritualização e incorporação a um novo povo indígena diaspórico e esquecido, agora com a lama ali recobrando uma enormidade e ainda desconhecidos impactos ambientais, aliciamento da mídia e corrupção institucional, não se sabe o que a aldeia se tomará.

Aqui, o sentido da retomada diz de um desejo de relembrar através da criação de uma aldeia a relação com a terra. Um movimento fundacional cosmovisionário - visionário porque lança-nos a ver para além do que está posto - de rearticulação dos povos originários com o território. Ainda que a pergunta que se interponha de forma urgente nesse momento diga respeito a como retomar sem uma terra que não seja a contaminada por rejeitos de minério, tal fundação lança ao futuro, para longe do presente enlameado, um desejo de criação baseado numa origem terrestre.

04. As Terras Indígenas: O encontro

Durante todo processo investigativo aqui delineado, o programa de extensão Morar Indígena tem atuado como propositor e cúmplice na oferta de oficinas com Mestres e Mestras Indígenas no Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG e também como ministrantes de disciplinas sobre Arquitetura no curso de Licenciatura em Formação Intercultural de Educadores indígenas (FIEI) na Faculdade de Educação da UFMG, construindo uma aproximação à ideia de conceber no Campus da UFMG como um território também Indígena. Através também do envolvimento no processo de orientação dos trabalhos finais de graduação de indígenas Xakriabá, Pataxós e Maxakali dentro do FIEI, ida às aldeias para o desenvolvimento de inter-módulos nos territórios indígenas como parte da formação dos estudantes destas etnias, e o fato de concebermos e concretizarmos algumas proposições conjuntas que

promovam uma aproximação, real e concreta dos modos de vida indígenas, das técnicas tradicionais ainda hoje praticadas para a construção de suas habitações e espaços coletivos em cada aldeia e dos modos de conceber e produzir o território próprio de cada um destes povos, foi amadurecida a possibilidade de produzir um território de encontro na UFMG. Dentre estas proposições, três foram inaugurais na viabilidade da concepção do imaginário deste espaço comum.

Primeiramente, o acolhimento de mestres e mestras Xakriabá na Faculdade de Educação (FAE/UFMG), para promover a construção de uma casa tradicional desta etnia através de técnicas construtivas ainda hoje praticadas envolvendo desde a coleta da terra, dos materiais da estrutura de sustentação e “envaramento”, dos pigmentos necessários para realizar a pintura de “Toá” nesta casa, do construir fornalhas e fogões tradicionais e experimentar a prática de uma cozinha tradicional Xakriabá, baseada na coleta de frutos da caatinga e na produção de uma lavoura, cultivada por estes indígenas em um contexto geográfico tão singular.

Em segundo lugar, como contrapartida desta vinda dos Mestres e Mestras Xakriabá à UFMG para o ensino de práticas tradicionais, propusemos e realizamos, de modo acordado e compartilhado com as lideranças e os Mestres construtores indígenas, a construção de um espaço para educação Indígena na Aldeia da Caatinginha na Reserva Xakriabá no município de São João das Missões em Minas Gerais, envolvendo mais de cinquenta entre estudantes e professores de diversos cursos da UFMG, e em cumplicidade com toda a comunidade desta Aldeia.

E finalmente, a disciplina sobre Arquitetura ministrada no curso de Licenciatura em Formação Intercultural de Educadores Indígenas que instigou os estudantes, das várias etnias presentes, a investigarem os modos mais antigos de construção de uma casa na cultura do grupo étnico do qual cada estudante fazia parte. O resultado destes trabalhos, que em muitos dos casos envolveu toda a comunidade de uma aldeia na pesquisa com os anciãos e lideranças acerca destes modos tradicionais de construir e viver, nos trouxeram o desejo e o empenho dos indígenas em marcar sua presença cultural e étnica no Campus da UFMG.

Tais ações e retornos teóricos e práticos abriram uma compreensão para a importância de conceber, conjuntamente com estas etnias indígenas, a possibilidade de um encontro para construir e inaugurar no espaço do Campus da UFMG um território indígena a ser compartilhado com a comunidade acadêmica da Universidade. Este território comum cuja serventia se dá pelo acolhimento dos indígenas destas etnias no Campus, já que com a promoção continuada e a presença constante de Mestres Indígenas para ministrar Oficinas no Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais implementado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/UFMG) e da presença constante dos estudantes indígenas na formação do FIEI mantido pela Faculdade de Educação, todo ano são acolhidos 35 indígenas. E seria lugar também para suas práticas culturais, sociais e rituais de caráter religiosos, inaugurando espaços de encontro destas etnias com os outros estudantes e professores “brancos” da Universidade. Um território dinâmico, parte de um processo contínuo na produção de significados diversos, consequência da construção de um

imaginário que se dá do encontro entre os estudantes universitários, de vários dos cursos ofertados pela UFMG, e a cosmogonia destas etnias indígenas.

Durante o processo de desenvolvimento desta Pesquisa foi possível, juntamente com cada uma das etnias indígenas trabalhadas, imaginar, conceber um processo para viabilizar tais empreitada. Em atividades que envolviam aprender com os Mestres Indígenas na Formação em Saberes Tradicionais e em trabalhos propostos dentro FIEI, construiu-se uma “Casa XAKRIABÁ” e uma “Casa MAXAKALI” - com o tradicional “pau de reza” - sendo que está em articulação a construção de uma “Casa PATAXÓ”, interrompida por conta da pandemia de Coronavírus.

*

*

*

Construir uma aldeia multitudinária levando em conta o genocídio e epistemicídio que os povos originários sofrem desde a invasão de 1500 é a retomada do território universitário, afirmando ali um espaço não mais de uma única cosmovisão do mundo, mas várias, contrariando seu prefixo "uni". Ainda que as casas sejam definidas segundo um recorte étnico, sua convivência num espaço como o da universidade que se quer multiversidade, fazendo caber ali todos os mundos, é o apontamento aqui. Trocar conhecimentos. Retomar um fio de ariadne que ficou pelo caminho devido a colonização do saber e que hoje se mantém pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) pela divisão de um sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1999) operacionalizado para deixar de fora tudo que não seja o mesmo somente construindo casas num terreno, readquirindo com as mãos sujas uma relação com o solo e escutando mestres e mestras sobre mundos outros.

05. Retomar a terra como diplomacia cosmopolítica

Conforme colocado no início desse texto, a partir de narrativas dentro da pesquisa Morar Indígena: conflitos e aproximações entre a concepção idealizada e a vivência cotidiana na produção do espaço indígena em Minas Gerais e a partir de ações extensionistas de assistência e assessoria técnica do programa de extensão Morar Indígena, foram delineadas quatro desdobramentos relacionados às retomadas: a retomada como aterramento (LATOURET, 2020b) como o caso dos Maxakali e Xakriabá; a retomada como imaginação da política visto a luta de indígenas moradores dos centros urbanos não apenas pelos seu espaço, mas por um espaço para todos; retomada como criação de novos povos com a invenção de uma nova aldeia às margens do rio Paraopeba; retomada como ato multitudinário pela aliança de diversos povos habitantes do planeta dentro do território universitário.

Em cada uma fica explícita a necessidade de um giro para fora do centro, seja ele a depredação do ar, solo e subsolo pelo extrativismo inconsequente; da pureza contida no pensamento segregacionista que separa o espaço de uns dos do outro; em direção a criação de novas formas de viver junto; do pensamento racional e iluminado como único possível dentro de um único mundo existente. Um movimento elíptico para fora que permita construir novos olhares sobre a relação entre a terra como Gaia (LATOURET, 2020a) e todas as humanidades.

No momento em que escrevemos e o mundo se vê tomado pela pandemia em escala planetária, para haver um amanhã (KRENAK, 2020) faz-se necessário

retomar o olhar para si e para o chão em que estamos, girando ex-cêntricamente para fora do subjetivo individualista colonizatório e rumo a galáxias cosmovisionárias. Retomar a terra é diplomaticamente desvelar novos horizontes, reconhecendo que as terras são muitas e Minas Gerais é apenas aquela nomeada pelo povo branco.

06. Epílogo ou Proliferar na Pandemia

Em 2020 e 2021, anos de isolamento social e pandemia do Coronavírus, muitos conseguiram se isolar, se vacinar e proteger a si e seus parentes. No entanto, isso não significou um arrefecimento da luta pela terra, pela retomada de um sentido de existência por parte dos povos originários e no caso dos aqui citados em cada retomada, ações foram feitas a fim de continuar a existir num planeta que responde com um vírus mortal.

Este artigo que foi escrito ao longo do ano de 2019 e terminado em início de 2020 não viu os novos desdobramentos que a pandemia produziu nestes povos. Assim, este “Epílogo ou Agir na Pandemia” vem não apenas fechar tal trabalho, mas mostrar como as retomadas não cessam de acontecer, sendo gesto político sem fim contra 500 anos de expropriação, inclusive na pandemia. Novas alianças foram produzidas, novas relações com a terra estão sendo inventadas, novas terras indígenas foram criadas.

No caso dos Xakriabás, a pandemia também foi tempo de perda material e reconstrução de um habitar. De um lado, a necessidade de recuperação do Espaço Cultural Indígena na Aldeia do Sumaré e de outro, a perda de seu ambiente de aprendizado, a Escola Estadual Indígena Xukurank na Aldeia do Barreiro, por um incêndio criminoso^x. Numa parceria entre o programa de extensão Morar Indígena e lideranças da reserva, ao longo de visitas e discussões remotas estão a construir uma frente de trabalho e processos participativos para ambos empreendimentos, sendo o último uma construção a ter financiamento garantido pelo estado de MG^{xi}.

Já a aldeia Naõ Xohã desdobrou-se e multiplicou-se em 2021. Dessa primeira surgiu a Aldeia indígena de Katurãma Pataxó Hã-hã-hãe^{xii}. Conforme consta no site de financiamento coletivo criado por eles e apoiadores:

“Cerca de 20 famílias indígenas do povo Pataxó e Pataxó Ha-hã-hãe ocuparam a Mata do Japonês, em São Joaquim de Bicas, na tarde de quarta-feira (9/6), após a doação do terreno pela Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira. O grupo morava às margens do Rio Paraopeba e foi atingido pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019. Desde então, têm sofrido com a morte do rio e a falta de apoio da Vale para encontrar um novo território adequado para se instalarem.

A área fica em São Joaquim de Bicas e é conhecida como Mata do Japonês. Segundo Antônio Hoyama, diretor da Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira, Antônio Hoyama, a doação beneficiou tanto a reserva quanto os indígenas, já que o local está sendo invadido por ‘grileiros’ desde 2010^{xiii}.

Ainda que em processo de organização e ocupação territorial, estão tanto descobrindo ali há pouco mais de seis meses como obter recursos naturais e formas de contato com a natureza, como também delimitando e cuidando de uma área contra grileiros invasores.

E finalmente, contra a falta de apoio institucional e escassez de recursos para uma vida digna segundo seus modos de vida, ao Maxakali retomaram um terra e estão a construir a Aldeia Escola Floresta^{xiv}.

“Na madrugada do dia 28 de setembro de 2021 uma comunidade de quase 400 pessoas chegou numa região conhecida como Itamunheque, fizeram uma retomada em uma terra onde projeta construir a sonhada ALDEIA ESCOLA FLORESTA. Trata-se de um projeto de reflorestamento, agroecologia, paz e prosperidade, onde querem, com os ensinamentos e a força de sua espiritualidade – os Yãmĩyxop – reencontrar o equilíbrio de suas vidas com as águas, os animais e a floresta. Desde o início da pandemia, esta comunidade deixou a Aldeia Verde em Ladainha em busca de um território onde suas crianças pudessem ter acesso a um rio, onde pudessem renovar seus rituais, plantar e construir suas escolas. Passaram por uma terra que se encontrava a cerca de 4 km da Usina Engenheiro Wenefredo Portela que apresentava problemas estruturais ocasionando riscos de rompimento. Em seguida, ludibriados por estelionatários, se instalaram em uma fazenda próxima do Distrito de Concórdia, que denominaram Aldeia Hãm Kaĩm. Desde então, as lideranças da aldeia vêm falando sobre suas lutas em todos os espaços: na Bienal de Arte em SP, nos festivais, nas mesas-redondas, nas universidades. A luta desta comunidade é a luta de todo o povo Tikmũ’ũn que deveria receber do estado brasileiro e de todos os cidadãos um grande reconhecimento e é a luta de todos aqueles que acreditam na necessidade de vivermos em um planeta biodiverso, com o frescor das matas e a riqueza das águas limpas. É a luta pela autonomia dos povos. É a luta daqueles que acreditam que é possível produzir sem derrubar matas e destruir mais vidas.”^{xv}

*

*

*

O arquiteto Paulo Tavares tem se debruçado em sua Agencia Autônoma^{xvi} em aliança com alguns povos originários amazônicos pela busca de indícios de formas de assentamentos coletivos indígenas amazônicos. O objetivo é tanto para auxiliar numa prática advocatícia voltada para a reparação destes povos apartados de suas terras^{xvii} como para servir de base para a afirmação científica e histórica de que esta terra sempre foi habitada e não apenas descoberta. Como coloca Ariella Azoulay (2019), são justamente as pinturas e imagens produzidas por naturalistas e pintores nestes descobrimentos que moldaram um imaginário de que nada existia senão selvageria e um grande nada nessas terras. Sendo assim, nada mais cármico do que pelas mesmas imagens afirmar a mentira de tais construções imagéticas colonizadoras.

No entanto, esses mesmos rastros mostram uma intrincada e complexa rede de assentamentos em que uma forma de urbanização territorial se desenrolava antes da invasão europeia do território hoje chamado de Brasil. Não cidades, mas uma rede extensa e moldada pelo tempo, nômade e fixa ao mesmo tempo. Assim, avançando para o momento atual num movimento retroafirmativo e futurista, ao olhar para estas retomadas mapeadas desde 2017 e que chegam a novas formas mesmo durante a pandemia em 2020-2021, tais desdobramentos xakriabás, maxakali, pataxós mostram não um desaparecimento ou mesmo persistência da presença dos povos originários, mas sua continuidade em termos de produção espacial.

No texto Guerra nas Sociedades Primitivas de Pierre Clastres (2005), o antropólogo francês já dava indícios de uma compreensão dessa abordagem de

uma política sócio-espacial indígena baseada em diferenças irreconciliáveis, alianças amistosas improváveis e pragmáticas e fragmentação territorial pela guerra. Assim, quem sabe, provocativamente, o que se entrevê em tais movimentações hoje é justamente tal guerra – com outros agentes, mas uma guerra clasteriana. Nessa guerra maquinada, quem sabe se o que teremos no futuro, entremeadas em nossas cidades cobertas de lama, engarrafadas com carros com ar condicionado, em lockdown pandêmicos não serão uma rede de territórios indígenas, cujo modo de viver se dá numa relação radicalmente terrena? Acompanhando o pensamento de Debora Danowsky e Eduardo Viveiros de Castro em *Há um mundo por vir* (2014), se o(um) mundo dos brancos terminar, outros continuarão a existir.

07. Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer os Xakriabá, sobretudo Alípio Ferreira da Cruz, Edmar Bizerra pela troca de saberes durante o período de orientação de seus TCCs, Dona Lourdes Seixas Evarista, Dona Rosa Seixas Ferro Bezerra, Dona Libertina e Dona Isabel Cavalcante Bezerra pelos ensinamentos e aqueles envolvidos em nossa ida a reserva em 2016; os Maxakali, em especial Isael e Suely pela recepção e estadia em sua casa; ao projeto FIEI (Formação Intercultural de Educadores Indígenas) da FAE-UFMG (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais) e a Formação Transversal em Saberes Tradicionais; e os moradores e ex-moradores da Retomada Naô Xohã, em São Joaquim de Bicas, pelas trocas, diálogos e hospitalidade; bolsistas extensionistas e de pesquisa do programa Morar Indígena / UFMG. Além deles, nossos financiadores e apoiadores: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), PROEX (Pró-reitoria de Extensão), PRPq (Pró-reitoria de Pesquisa), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

08. Referencias

ALMEIDA, Maria Inês de. Desocidentalizar-se: aberturas e caminhos para o outro (entrevista com Maria Inês de Almeida). **Revista Em Tese**. Belo Horizonte, FALE/UFMG. V.19, n.03, set-dez 2013. p.178-180.

AZOULAY, Ariella Aisha. **Potential History. Unearning Imperialism**. London: Verso, 2019.

BELO HORIZONTE. **Assembleia Legislativa. Projeto de Lei nº 465/2017**. Dispõe sobre a proteção ao uso de indumentária, objetos e pinturas corporais e aos modos de se portar típicos e tradicionais de um povo ou uma comunidade, e dá outras providências. Belo Horizonte. Disponível em < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/465/2017> >. Acesso em 11 de abr. 2019.

BELO HORIZONTE. Portaria SMSU nº 060/2016 de 10 de junho de 2016. Altera a Portaria Nº 099/2015, de 28 de novembro de 2015. **Diário Oficial do Município, Belo Horizonte**, ano XXII, n. 5065, 11 de junho de 2016. Disponível em

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1164080>>. Acesso em 05 ago. 2019.

BELO HORIZONTE. **Portaria SMSU nº 099/2015 de 28 de novembro de 2015**. Regulamenta, no Município de Belo Horizonte, as atividades exercidas pelos artesãos nômades/hippies, em logradouro público, de caráter nitidamente artesanal e transitório, publicada em 02 de dezembro de 2015. Belo Horizonte. Disponível em <portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom30112015-smsu.docx>. Acesso em 05 ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6861 de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências, publicada em 27 de maio de 2009. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm>. Acesso em 06 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 27 ago. 2019

BRASIL. **Lei Federal nº 9836 de 23 de setembro de 1999**. Acrescenta dispositivos à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm>. Acesso em 26 ago. 2019

BRASIL. **Lei Federal nº 10639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 27 ago. 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Indígenas e poder público discutem diretrizes iniciais para criação do espaço. **Portal CMBH**, Belo Horizonte, 04 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicação/noticias/2017/05/indigenas-e-poder-publico-discutem-diretrizesiniciais-para-criacao-do>>. Acesso em 30 jul. 2019

BIZERRA, Edmar Gonçalves. **Moradias Tradicionais Xakriabá**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CAMPOS, Thiago Barbosa de. **Retomar a Terra: Como ser Indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

CANUTO, Frederico, CAMPOS, Thiago Barbosa de. **Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã**. Revista Indisciplinar, v. 05, p. 239-261, 2019. Disponível em:

<https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/009.pdf>. Acessado em 27 de abril de 2020.

CLEMENTINO, A.M e MONTE-MÓR, R.L.M. Xacriabás – economia, espaço e formação de identidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. Anais. Campinas: ABEP, 2006. 18 p. Disponível em: <http://goo.gl/iQzpf>. Acesso em: 05 ago. 2011.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CORREA, Adriano Mattos, SILVA, Eduarda Monti,. **Índigenas na cidade: Invisibilidade, resistência e o papel do planejamento urbano**. Disponível em: <https://proceedings.science/proceedings/100106/authors/378391?lang=pt-br>. Acessado em 28 de abril de 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas. E outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

D'Oliveira, Rafael. PBH proíbe que hippies vendam artesanato na Feira Hippie e grupo organiza protesto. **BHAZ**, Belo Horizonte, 30 de abril de 2019. BH. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/04/30/pbh-proibe-hippie-feira-hippie/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: Castro, E.; Pinton, F. (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Museu Paraense E. Goeldi, 1997, p. 243-261.

PROGRAMA DE EXTENSAO MORAR INDIGENA. **Dossiê das Águas - Aldeia Verde Maxakali**. 2018

ESTÚDIO GUANABARA. **Guia para uma moradia Kayapó**. Disponível em: https://issuu.com/estudioguanabara/docs/guia_kyp_00_prin_t. Acesso em 10 maio de 2019.

FATHY, Hassan. **Construindo com o Povo**. Ed. Salamandra, 1980.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas**. Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/melhorias-habitacionais-para-o-controle-da-doenca-de-chagas/>. Acesso em 26, Maio 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

G1 MG. MPF pede respeito a índios no transporte coletivo de Belo Horizonte. **G1, o Globo**, Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2013. Belo Horizonte. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/12/mpf-pede-respeito-indios-no-transporte-coletivo-de-belohorizonte.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

KAMBIWÁ, Avelin Buniacá. Fala no Eixo Temático: Pólis e Polícia: racismo e medo nossos de cada dia . In: **URBE URGE**, p.67-74, 2016, Belo Horizonte. Belo Horizonte, PISEAGRAMA, 2016.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto Lúcio. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social - Rede Morar T.S . **RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, n.17, jul. 2013.

KAWATA, Ligia Chicareli. **Voluntariado e Participação Política: o caso da ONG TETO**. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

LATOOUR, Bruno. **Diante de Gaia. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. São Paulo: Ubu, 2020a.

LATOOUR, Bruno. **Onde aterrar?: Como se orientar politicamente no antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LENGEN, Johan Van. **Arquitetura dos Índios da Amazônia**. B4 Editores, 2013.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Cia das Letras, São Paulo, 2007.

LOCATELLI, Piero. **O Minha Casa, Minha Vida não resolveu o problema da habitação, mas o da MRV engenharia, sim**. Disponível em theintercept.com/2018/08/20/mrv-engenharia-lucro. Acesso em 14 jan. de 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAGALHAES, Giovanna de Araújo, RAVAGNANI, Natália de Oliveira. **Políticas Públicas habitacionais indígenas no estado de Minas Gerais: a desconsideração com a singularidade Xacriabá**. (2018). Não Publicado.

MARTÍN, María. A morte brutal de um índio em Belo Horizonte: Um homem desfere dezenas de chutes na cabeça de um indígena que dormia na rua. **EL PAÍS**, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2016. Racismo. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/18/politica/1453130985_398490.html >. Acesso em: 12 ago. 2019.

MATTOS, Izabel Missagia de; *et al.* **Povos Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2000.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. **Urbanização Extensiva e Lógicas de Urbanização**. Fonte: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper34.pdf>, Acessado em: 13 de abril de 2014.

NASSIF, Thaís. **Linguagem Técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano: uma análise a partir de duas experiências participativas em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Paulo Augusto de Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PENA, João Luiz; HELLER, Leo; DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. A população Xakriabá, Minas Gerais: Aspectos Demográficos, Políticos, Sociais e Econômicos. IN: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.36, n.1, p. 51-59, jan./jun. 2019.

PEREIRA, Érica Ribeiro; BIRUEL, Elisabeth Peres; OLIVEIRA, Lavínia Santos de Souza; RODRIGUES, Douglas Antônio. A experiência de um serviço de saúde especializado no atendimento a pacientes indígenas . In: **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 1077-1090, 2014.

PIMENTA, Sandra Fernandes. **Modos de Construção Xakriabá nas Aldeias Barreiro e Caatinginha**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

QUEIROZ, Ruben Caixeta, DINIZ, Renata Otto. Cosmocinepolítica tikm'n-maxakali: ensaio sobre a invenção de uma cultura e de um cinema indígena. IN: **Revista Gesto Imagem Som - GIS. Dossiê olhares cruzados**. São Paulo, v. 3, n.1, p.63-105, julho 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. IN: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, Lidianne. **Vernáculo x Política Pública Habitacional: O Caso Xakriabá**. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

SANCHES, Déborah Cimini Cancela. **A Produção do Espaço no Território Xakriabá: Aldeias Imbaúbas e Caatinginha**. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SZTUTMAN, Renato (org.). **Encontros. Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

v.v.a.a. **Povos Indígenas e a Lei dos Brancos: o direito a diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem**. SP: Cosac Naify, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmo político: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. **Revista Sopro**. N.51: 2011. Disponível em: culturaebarbarie.org/sopro/outros/suficiencia.html. Acessado em: 06 nov. 2015.

DANOWSKY, Debora, VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há um mundo por vir. Ensaio sobre os medos e os fins**. Rio de Janeiro: ISA, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. Ed. Instituto Socioambiental, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis (entrevista a Renato Sztutman e Stelio Marras). In: SZTUTMAN, R. (Org.). **Encontros. Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. p. 226-259.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em Resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. IN: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social Hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

WEIMER, Gunter. **A arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ⁱ O presente texto foi produzido no contexto de duas pesquisas: a pesquisa encerrada em 2022 *Morar Indígena: conflitos e aproximações entre a concepção idealizada e a vivência cotidiana na produção do espaço indígena em Minas Gerais*, iniciada em 2017 e financiada pelo CNPQ por meio do Edital Demanda Universal 01/2016; e a pesquisa em andamento *Pedagogias Políticas da Cidade: Arte, Urbanismo e Democracia*, financiada pela FAPEMIG.

ⁱⁱ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-gyBKrw0ps>. Acessado em 10 de agosto de 2020.

ⁱⁱⁱ Ainda que não seja objetivo do artigo discutir o termo *retomada* do ponto de vista conceitual, é claro que tal discussão dialoga com as considerações colocadas por STENGERS (2015) e SZTUTMAN (2018).

^{iv} Por meio de um levantamento informal realizado pelo Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas (CMCAI), atualmente esse número chega de 7 a 10 mil indígenas na RMBH.

^v Mandato coletivo e popular que surge na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte em 2017 e, após as eleições de 2018, alastra-se para o contexto da esfera federal (na Assembleia Legislativa mineira e na Câmara dos Deputados Federais) com a eleição de mais duas representantes.

^{vi} Por meio de entrevistas realizadas com moradores da Aldeia Naô Xohã que antes viviam em Belo Horizonte, percebeu-se que uma significativa parcela da população residia no Jardim Vitória. Com uma pesquisa realizada nos sites de anúncio de imóveis - como Zap Imóveis, VIVAREAL e OLX -, averiguou-se que as médias dos aluguéis para apartamento e edículas, ambos de cerca de 50 m², é R\$600,00, ou seja, 60,12% do salário mínimo de 2019 (R\$998,00), dados recolhidos durante o mês de agosto de 2019.

^{vii} Este capítulo usará como base os textos de autoria de Frederico Canuto e Thiago Barbosa de Campos, Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã, assim como a dissertação de mestrado do segundo intitulada Retomar a Terra: Como ser Indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ambos de 2019.

^{viii} Segundo os moradores, eles foram informados de que a terra onde se localiza hoje a Aldeia Naô Xohã pertence à empresa mineradora MMX que, por sua vez, decretou falência e, portanto, encontrava-se em posse da união.

^{ix} "O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. O principal objetivo do movimento é a posse da terra, mas mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária" (<https://mst.org.br/quem-somos/>)

^x <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2021/06/24/escola-na-terra-indigena-xakriaba-e-incendiada-diz-prefeito-de-sao-joao-das-missoes.ghtml>. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xi} https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/07/13/interna_gerais,1286311/escola-que-pegou-fogo-em-aldeia-indigena-xakriaba-sera-reconstruida.shtml. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xii} https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/06/09/interna_gerais,1275128/grupo-indigena-toma-posse-da-mata-do-japones-em-sao-joaquim-de-bicas.shtml. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xiii} <https://evoe.cc/apoio-emergencial-para-retomada-indigena-na-mata-do-japones-saojoaquim-de-bicas>. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xiv} <https://aldeiaescolafloresta.org/>. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xv} <https://apiboficial.org/2021/09/30/retomada-maxakali-ocupa-terra-para-construir-a-aldeia-escola-floresta/>. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xvi} A Autônoma é uma agência multidisciplinar que trabalha na interseccionalidade entre design, mídias e direitos. Oferecemos suporte em casos de violação de direitos em contextos urbanos e territoriais, operacionalizando as ferramentas do design como instrumentos por justiça e reparação sócio-espacial. Trabalhamos em colaboração com entidades humanitárias, organizações civis, movimentos populares e agências de jornalismo, provendo capacidade analítica e tecnológica na elaboração de estratégias, projetos

e narrativas de advocacia pública. Ver. <https://www.advocacia.autonoma.xyz/>. Acessado em 05 de janeiro de 2022.

^{xvii} <https://www.advocacia.autonoma.xyz/publicacoes>. Acessado em 05 de janeiro de 2022.